



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
18ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28/03/2011
Hora: 14h30
Local: SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo – Brasília/DF

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Mário Negromonte – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho


Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho


Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:


Kelson Vieira Senra – Titular



Alexander Celestino de Barros - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Weber Sutti - Titular

Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

João Marcos Assis da Silva - Titular

Maria Thereza Cesarino Trevas - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:

Juraci Campos de Lima

Juraci Campos de Lima Rangel - Titular



Ézio de Luna Freire Jr. - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:

Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Antônio Roberto Albuquerque Silva - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Jôisa Maria Barroso Loureiro - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Célia Corrêa - Titular



Eduardo Neves Franca Bassani - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

Juliana de Senzi Zancul - Titular

Débora Carvalho Diniz - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular

Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Rogério de Santos Caldas - Titular





Cláudia Márcia Gomes - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

Saulo Manoel da Silveira - Titular

José Aparecido Leite - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Bartíria Perpétua Lima da Costa - Titular



Wilson Valério da Rosa Lopes - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLN:




Miguel Lobato Silva - Titular



Edymar Fernandes Cintra - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Alcir Ferreira de Matos - Titular

Evaniza Lopes Rodrigues - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:

VAGO - Titular

VAGO - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:



Ioav Blanche - Titular



Hélder José Ferreira Paiva - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

Natalino Gazonato - Titular

Nylton Velloso Filho - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:

Domingos Oliveira Davide – Titular

Antonio de Lisboa Amâncio Vale - Suplente

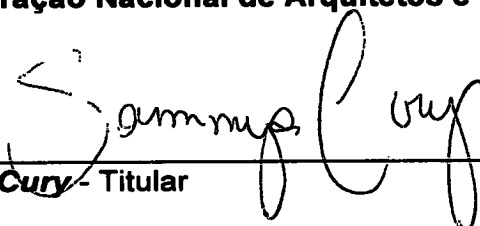
20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:

Thereza Neumann Santos de Freitas – Titular



Valter Fanini – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:



Sammya Cury - Titular

Jair Pedro Ferreira - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:

Elson Manoel Pereira – Titular



Lúcia Cony Faria Cidade - Suplente





23 - Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião - FBR:

Ricardo de Gouvêa Corrêa

Ricardo de Gouvêa Corrêa - Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Nelson Nicotau Souza - Diretor

NOME:
CARGO: ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

NOME:
CARGO:

4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO RN

Rosa de Fátima Soares de Souza





5) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO MS



Carlos Eduardo Xavier Marun



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

**CONSELHO GESTOR DO
FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

ATA DA 18ª. REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 28/03/2011

1 Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e onze, no auditório do Ministério
2 das Cidades, localizado no SAUS, Quadra 01, Bloco H, Edifício Telemundi II, Auditório
3 Térreo, Brasília/DF, às quinze horas, sob a presidência da Ilustríssima Senhora Secretária
4 Nacional de Habitação, **Inês da Silva Magalhães**, e na presença dos seguintes conselheiros:
5 Sra. **Júnia Maria Barroso Santa Rosa**, Secretária Nacional de Habitação, Substituta; Sr.
6 **Kelson Vieira Senra**, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sra. **Juraci Campos**
7 **de Lima Rangel**, pelo Ministério da Fazenda - MF; Sr. **Frederico Guilherme Livino de**
8 **Carvalho**, pelo Ministério da Integração Nacional - MI; Sr. **Joisa Maria Barrosos**
9 **Loureiro**, – pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sra. **Juliana de Senzi Zancul**, pelo
10 Ministério da Saúde – MS; Sr. **Paulo Eduardo Cabral Furtado**, pelo Ministério do
11 Trabalho e Emprego – MTE; Sra. **Cláudia Márcia Gomes**, pela Caixa Econômica Federal-
12 CEF; Sra. **Wilson Valério da Rosa Lopes**, pela Confederação Nacional das Associações de
13 Moradores - CONAM; Sr. **Alcir Ferreira de Matos**, pela União Nacional por Moradia
14 Popular – UNMP; Sr. **Ioav Blanche**, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens,
15 Serviços e Turismo – CNC; Sr. **Nylton Velloso Filho**, pela Confederação Nacional das
16 Instituições Financeiras - CNF; Sr. **Domingos Oliveira Davide**, pela Central Única dos
17 Trabalhadores CUT; Sra. **Thereza Neumann Santos de Freitas**, pela Federação Nacional
18 dos Engenheiros – FNE; Sra. **Sammya Cury**, pela Federação Nacional de Arquitetos e
19 Urbanistas – FNA; Sra. **Lúcia Cony Faria Cidade**, pela Associação Nacional de Pós-
20 Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR; Sr. **Ricardo de**
21 **Gouvêa Corrêa**, pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião -
22 FBR; e contando ainda com a presença dos seguintes convidados: representando o setor
23 **público municipal**, Sr. **Nelson Nicolau Szwec**, pela Associação Brasileira de COHABs –
24 ABC; e pelo **setor público estadual**, Sr. **Carlos Eduardo Xavier Marun**, Secretário de
25 Habitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – Gov.MS, teve início a 18ª (décima
26 oitava) reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
27 Social - FNHIS, secretariada pelo Sr. **Nelson Teixeira da Silva**, servidor da Secretaria
28 Nacional de Habitação do Ministério das Cidades - SNH, destinada a apreciar a seguinte
29 pauta: I - **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO**: 1) Ata da 17ª Reunião Ordinária do
30 Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 8 de dezembro de 2010; 2) Voto nº
31 001/2011/MCIDADES, de 11 de março de 2011 – Submete à apreciação do Conselho
32 Gestor as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS,
33 referentes ao exercício de 2010, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao
34 Tribunal de Contas da União; e 3) Voto nº 002/2011/MCIDADES, de 11 de março de
35 2011 – Propõe nova redação para o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 24
36 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS; II) **ASSUNTOS GERAIS**: 1)



37 **Apresentação SNH – Execução dos programas e ações FNHIS – período 2007/2010.**
38 Verificado o quorum regimental, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião, saudando os
39 Conselheiros presentes. A Sra. Presidente anunciou e agradeceu a presença do
40 Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, **Roberto Muniz,**
41 que, em seu nome, e em nome do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades,
42 **Mário Negromonte,** cumprimentou os presentes, declarando-se honrado por estar
43 contribuindo para o governo da Presidente **Dilma Rousseff.** Destacou ainda a importância do
44 FNHIS no enfrentamento do déficit habitacional, restituindo a palavra a Sra. Presidente.
45 Antes de passar à pauta, a Sra. Presidente deu boas vindas aos novos conselheiros: as Sras.
46 **Juliana de Senzi Zancul (titular) e Débora Carvalho Diniz (suplente),** pelo Ministério da
47 Saúde - MS; e o Sr. **Alcir Ferreira de Matos (titular),** pela União Nacional por Moradia
48 Popular - UNMP. I - **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 17ª Reunião**
49 **Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 8 de dezembro de 2010 - Na**
50 **sequência deu início aos trabalhos do dia, passando a palavra ao Sr. Nelson Teixeira (SNH),**
51 **que, após algumas orientações sobre o encaminhamento da reunião, passou a tratar da**
52 **deliberação da Ata da 17ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2010 que, em regime de**
53 **votação foi aprovada por unanimidade, sendo previamente dispensada sua leitura. 2) Voto nº**
54 **001/2011/MCIDADES, de 11 de março de 2011 – Submete à apreciação do Conselho**
55 **Gestor as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS,**
56 **referentes ao exercício de 2010, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao**
57 **Tribunal de Contas da União – A pedido da Sra. Presidente, o Sr. Nelson Teixeira (SNH)**
58 **iniciou a apresentação do Voto Nº 01/2011, 11 de março de 2011, Esse lembrou se tratar de**
59 **uma matéria rotineira, que, a partir de 2007, ano subsequente ao da instalação do Conselho,**
60 **tem sido trazida, anualmente, à apreciação do Conselho Gestor, com o objetivo de atender à**
61 **Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União a qual estão submetidas as entidades da**
62 **administração federal direta e indireta, no caso a SNH, que incorpora em seu processo de**
63 **prestação de contas o FNHIS. Ressaltou que, na verdade, seria submetido à consideração dos**
64 **Conselheiros um dos elementos que compõem o processo de contas, no caso, o Relatório de**
65 **Gestão, lembrando que existe uma determinação do Tribunal de Contas da União, no sentido**
66 **de que o Relatório de Gestão seja apresentado ao Tribunal até o dia 31 de março, quinta-feira**
67 **próxima. Finalizou afirmando que o Relatório de Gestão é fruto de um trabalho de parceria**
68 **entre o Órgão Gestor do FNHIS, Ministério das Cidades, e o Agente Operador, CEF, naquele**
69 **momento representada pela Sra. Conselheira, Cláudia Márcia Gomes, que se fazia**
70 **acompanhar do Sr. Ricardo, empregado da área financeira da CEF. Em seguida, passou a**
71 **palavra ao Sr. Marcos Chagas (SNH), para o relato do Voto nº 1. Esse começou relatando a**
72 **execução orçamentário-financeira em 2010. Relatou que contavam com um acumulado, em**
73 **2010, de R\$ 3,214 bilhões empenhados, incluindo o ano de 2006, quando não existia o PAC.**
74 **Afirmou que começaram, em 2006, com R\$980 milhões empenhados e, no decorrer dos anos,**
75 **acumularam R\$1,2 bilhão, em 2007; R\$2 bilhões, em 2008; R\$3 bilhões, em 2009; chegando**
76 **a R\$3,214 bi, em 2010, dos quais R\$1,889 bilhão de recursos financeiros. Ressaltou que é**
77 **importante lembrar que o Relatório de Gestão diz respeito aos eventos ocorridos no último**
78 **exercício. Chamou a atenção para a importância bloqueada, em 2010, de R\$44,4 milhões,**
79 **decorrente de orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, no sentido de não deixar**
80 **recursos parados em contas de contratos que não possuem execução. Encerrada a**
81 **apresentação do Sr. Marcos Chagas (SNH), o Sr. Nelson Teixeira (SNH), com a**
82 **aquiescência da Sra. Presidente, passou a palavra para a Sra. Mirna Chaves (SNH), que**
83 **deu continuidade à exposição do conteúdo do Relatório de Gestão. Essa destacou que o**
84 **Relatório de Gestão, na verdade, é um olhar no retrovisor para o exercício de 2010.**
85 **Esclareceu que foram destacados alguns pontos mais importantes de aprimoramento do**
86 **processo de gestão e do trabalho de capacitação, que Foi realizado no exercício de 2010. Uma**

87 inovação a ser destacada refere-se à adoção das especificações e valores do Programa Minha
88 Casa, Minha Vida, como padrão habitacional aplicável às ações lastreadas nos recursos do
89 FNHIS. Isso implicou, no caso das operações do PAC, em termos empreendimentos
90 conjugados, onde os recursos do FNHIS cobrem somente a parte de urbanização e a parte de
91 produção habitacional é feita pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. No caso de operações
92 não inseridas no PAC, a **Sra. Mirna Chaves (SNH)** esclareceu que também é utilizado o
93 padrão habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, mas o FNHIS paga o
94 componente habitacional. Outra questão importante destacada foi a retirada das cláusulas
95 suspensivas totais. A partir de 2010, nenhum contrato do FNHIS foi assinado com cláusulas
96 suspensivas totais, ou seja, só foram assinados contratos que, tinham resolvido, pelo menos, a
97 questão de projeto, titularidade de área ou licenciamento ambiental. Informou ainda que
98 contrato com valor de repasse inferior a R\$15 milhões não pode ser assinado com nenhuma
99 cláusula suspensiva. Em relação à sistemática de seleção, o FNHIS atendeu somente os
100 municípios classificados pelo PAC 2 como integrantes dos grupos 2 e 3. O grupo 2 é
101 composto por 221 municípios, com população entre 50 e 70 mil habitantes nas regiões Norte
102 e Nordeste e Centro-Oeste; e 50 e 100 mil habitantes na região Sul e Sudeste. Esse grupo de
103 municípios representa 8% da população do Brasil. O grupo 3 é composto por 4.866
104 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, representando 32% da população
105 brasileira. Então, o FNHIS ficou com o grupo de municípios que abrange 40% da população
106 do Brasil, os outros 60% são atendidos, no PAC 2, com recursos que não são do FNHIS.
107 Outro aspecto inovador na sistemática da seleção do PAC, destacado pela **Sra. Mirna**
108 **Chaves (SNH)**, foi a realização de entrevistas técnicas com todos os municípios
109 selecionados, na tentativa de conseguir identificar propostas mais maduras que pudessem
110 efetivamente alcançar a fase de contratação. Solicitando a palavra, o **Sr. Ricardo Gouvêa**
111 **(FBR)** perguntou se as entrevistas, de fato, colaboraram para se ter uma visão da realidade
112 dos municípios e dos projetos. A **Sra. Mirna Chaves (SNH)** respondeu que foi importante
113 para se conhecer a qualidade das propostas que estavam sendo selecionadas pela SNH, e que
114 representou uma abordagem com o tomador, até para ajudar no futuro monitoramento. Dando
115 sequência à sua exposição, a **Sra. Mirna Chaves (SNH)** informou que foi criado um
116 relatório de monitoramento de operações para abrir uma relação direta com o tomador de
117 recursos. A idéia foi conseguir informações um pouco mais qualificadas de urbanizações de
118 assentamentos precários. Hoje são 372 operações que tem obrigatoriedade de preencher o
119 relatório, sendo que 242 dessas estão em execução. O relatório, chamado REMO, traz
120 informações tanto da parte de obra física, mas com detalhamento que, hoje, os bancos de
121 dados do Agente Operador, CEF, não fornecem, que é o detalhamento sobre que meta está
122 executada. Então, o REMO passou a abrir informações sobre a comprovação da titularidade
123 da área, bem como sobre a regularização fundiária, pois, ao final da intervenção, tem de
124 haver um título em nome das famílias beneficiárias. Em relação ao trabalho social, em
125 relação ao licenciamento ambiental da intervenção e à recuperação da área que está sendo
126 urbanizada, o REMO foi elaborado à imagem e semelhança das cartas-consulta. Trata-se de
127 um sistema informatizado, que está disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.
128 A periodicidade de preenchimento do REMO é semestral. Para o primeiro relatório foi dado
129 um prazo de janeiro a 4 de março para preenchimento. Ainda no uso da palavra, a **Sra. Mirna**
130 **Chaves (SNH)** esclareceu que a SNH, no exercício de 2010, realizou processo de capacitação
131 sobre trabalho social. Foram capacitados quase 2 mil técnicos, inclusive técnicos do Agente
132 Operador, CEF, além os estados, dos municípios, e do próprio Ministério. Em 2010, foi
133 realizado também um curso sobre urbanização de assentamentos precários com capacitação
134 de 837 técnicos. A **Sra. Mirna Chaves (SNH)** acrescentou que foram feitas algumas
135 publicações. No caso do trabalho social, o próprio curso gerou um material pedagógico, que
136 foi publicada. Citou ainda o Guia de Adesão ao SNHIS; o Guia para Mapeamento e

137 Caracterização de Assentamentos Precários; a Cartilha de Regularização Fundiária Urbana;
138 Urbanização de Favelas – A experiência do PAC; e Avanços e Desafios da Política Nacional
139 de Habitação. Voltando ao processo de seleção referente ao exercício de 2010, a **Sra. Mirna**
140 **Chaves (SNH)** esclareceu que no PAC 1 houve seleção de assistência técnica, planos locais
141 de habitação de interesse social e provisão habitacional, esta última somente na modalidade
142 Produção Social da Moradia. As propostas referentes à assistência técnica envolveram R\$70
143 milhões de reais; as propostas referentes aos Planos de Habitação de Interesse Social, R\$20
144 milhões; e, por fim, as ações de provisão habitacional no Produção Social de Moradia, R\$82
145 milhões. Para o PAC 2, que envolveu, no caso do FNHIS, os municípios dos chamados
146 grupos 2 e 3, foram selecionadas, no caso da ação de assistência técnica, projetos para 14
147 estados e 67 prefeituras, e para execução de ações de urbanização, foram selecionados 8
148 estados e 178 prefeituras, perfazendo um total de 267 operações, envolvendo R\$ 568 milhões.
149 As operações não enquadradas no PAC foram referentes a emendas parlamentares, onde
150 somente 20 operações foram descontingenciadas. Dando prosseguimento, a **Sra. Mirna**
151 **Chaves (SNH)** passou à apresentação da carteira ativa de contratos. Em relação aos contratos
152 ativos, na Ação 10-SJ, que é como o Relatório de Gestão trata as ações de habitação de
153 interesse social, foram relacionadas 1.657 operações, das quais 289 foram iniciadas no
154 exercício de 2010; 101 foram concluídas no exercício de 2010; e 188 foram paralisadas no
155 exercício de 2010, ou seja, foram paralisadas mais operações do que concluídas. Já em
156 relação aos contratos cancelados, a **Sra. Mirna Chaves (SNH)** esclareceu que foram
157 canceladas 290 operações de provisão habitacional, no exercício de 2010, consequência de
158 condições mais atrativas oferecidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. No que tange à
159 ação de urbanização, foram celebrados 344 contratos, dos quais apenas 8 foram objeto de
160 cancelamentos, motivados por obstáculos técnicos e não por inadequação de custos e valores
161 do programa. Concluindo sua apresentação, a **Sra. Mirna Chaves (SNH)** destacou, no
162 Relatório de Gestão, os indicadores de resultado, que se relacionam ao déficit habitacional ou
163 à precariedade habitacional. Os indicadores de processo, por sua vez, comparam a carteira
164 ativa de contratos com os números de contratos paralisados, concluídos e não iniciados. Em
165 seguida, a **Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa (SNH)**, no uso da palavra, passou a
166 discorrer sobre a evolução do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.
167 Começou afirmando que apenas 3% dos municípios ainda não haviam aderido ao SNHIS.
168 Para reverter tal situação, a **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)** afirmou que foram realizadas
169 diversas ações, como envio de mala direta e solicitação de apoio aos Conselheiros para
170 atuarem conjuntamente com a SNH. Por outro lado, a **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)**
171 destacou que cresceu o número de municípios que alcançaram a situação de regularidade no
172 processo de adesão ao SNHIS, isto é, apresentaram lei aprovada de criação de conselho e
173 fundo de habitação de interesse social e iniciaram processo de elaboração do plano local de
174 habitação de interesse social. Como boa notícia, a **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)** destacou
175 que os municípios com população acima de 20 mil habitantes, já estão regulares com o
176 SNHIS, até mesmo porque parte substantiva desses municípios opera o maior volume de
177 repasse de recursos do FNHIS. A **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)** destacou, como problema,
178 os municípios que não tomaram recursos do FNHIS e farão, a partir de agora, os planos
179 habitacionais de interesse social, às suas próprias custas, garantindo-se um conteúdo mínimo.
180 Nesse sentido, a **Sra. Júnia Santa Rosa (SNH)** informou que a SNH está montando um
181 projeto de ensino à distância para esse número de municípios, em conjunto com a
182 Universidade Federal de Santa Catarina, convidando, inclusive, Conselheiros do Conselho
183 Gestor do FNHIS para participarem como professores. Paralelamente, a **Sra. Júnia Santa**
184 **Rosa (SNH)** acrescentou que a SNH também está fazendo um trabalho junto aos municípios
185 que, até então, não assinaram a manifestação de interesse, cujo prazo vence em abril,
186 alertando para a suspensão dos desembolsos, no caso daqueles que possuem contrato de

187 repasse ou termo de compromisso. Solicitando a palavra, o Sr. **Ioav Blanche (CNC)**
188 perguntou se 100% dos municípios que têm contrato de repasse teriam que assinar a
189 manifestação de interesse, sendo apartado pela Sra. **Júnia Santa Rosa (SNH)** que respondeu
190 afirmativamente. O Sr. **Ioav Blanche (CNC)** voltou a questionar, perguntando se 100% dos
191 contratos teriam seus desembolsos suspensos, em trinta dias, sendo, mais uma vez, apartado
192 pela Sra. **Júnia Santa Rosa (SNH)** que respondeu que o Ministério das Cidades vem
193 desenvolvendo ações para alertar os municípios sobre esse risco e sobre a necessidade de
194 assinarem a manifestação de interesse. Nesse instante, o Sr. **Nelson Teixeira (SNH)**
195 esclareceu ao Conselheiro Ioav, que não teve a oportunidade de estar presente à reunião
196 anterior, que havia sido prorrogado o prazo de apresentação dos planos habitacionais de
197 interesse social para o final desse ano. Entretanto, havia entendido por bem o Conselho, que
198 os municípios, que estavam com contrato em desembolso, deveriam assinar manifestação de
199 interesse, instrumento pelo qual tomam conhecimento e apresentam sua concordância com o
200 novo prazo estipulado para elaboração e apresentação dos planos habitacionais de interesse
201 social. Após anunciar o término do relato do Voto em deliberação, o Sr. **Nelson Teixeira**
202 **(SNH)** registrou a saída do Sr. **Roberto Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das**
203 **Cidades.** Também registrou que o Sr. **Marcos Chagas (SNH)** faria distribuir uma errata do
204 Relatório de Gestão. Terminado o relato do Voto, a Sra. **Presidente** abriu a palavra aos
205 Conselheiros A Sra. **Thereza Neumann (FNE)**, que iniciou sua intervenção observando que
206 seria muito interessante concentrar todas as informações, considerando os dados constantes
207 do Relatório de Gestão apresentados de maneira dispersa. Afirmou ainda que caberia ao
208 Conselho descobrir o porquê dos municípios não estarem cumprindo as exigência do
209 processo de adesão ao SNHIS A Sra. **Thereza Neumann (FNE)** encerrou seu aparte,
210 afirmando que é necessário uma súmula de informações das legislações e resoluções
211 vigentes, demonstrando sua dificuldade em acompanhar as diversas alterações. Em seguida,
212 solicitou a palavra o Sr. **Ricardo Gouvêa (FBR)** que começou sua intervenção ressaltando o
213 grande volume de informações do Relatório de Gestão, apresentadas de forma isolada, sem
214 que pudesse ser feito um comparativo com os anos anteriores. Afirmou, em seguida, que o
215 Conselho Gestor do FNHIS foi esvaziado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.
216 Esclarecendo o Sr. **Ricardo Gouvêa (FBR)**, a Sra. **Mirna Chaves (SNH)** afirmou que o
217 formato de elaboração do Relatório de Gestão é previamente definido pelo TCU. Dando
218 continuidade ao debate, foi a vez do Sr. **Wilson Valério Lopes (CONAM)**, que iniciou sua
219 fala demonstrando sua preocupação com contratos de repasse que haviam sido cancelados e
220 afirmando ainda que deva haver maior flexibilidade com as prefeituras que estão sem
221 capacidade de elaborar projetos técnicos e, sobretudo, com os movimentos populares. Em
222 relação às afirmações do Sr. **Wilson Valério (CONAM)**, a Sra. **Mirna Chaves** esclareceu
223 que os cancelamentos constantes de sua apresentação não foram decorrentes de
224 determinações do Ministério das Cidades, tampouco do Grupo Executivo do PAC. Afirmou
225 que foram cancelamentos decorrentes da inércia dos próprios agentes executores, que não
226 pediram prorrogação da vigência do contrato. Solicitando a palavra, a Sra. **Sammya Cury**
227 **(FNA)**, afirmou que independentemente da quantidade de engenheiros, existem os
228 profissionais que tem na sua formação a atribuição para elaboração dos planos locais, para os
229 planos de habitação, que são os arquitetos e urbanistas, os profissionais cujo número está
230 crescendo a cada dia. Relatou que em sua cidade, Manaus existe oito faculdades de
231 arquitetura e uma de engenharia, demonstrando um decréscimo do número de engenheiros e
232 um acréscimo do número de arquitetos e urbanistas e, realmente, são estes últimos os
233 profissionais que podem e devem estar inseridos no sistema da elaboração dos planos de
234 habitação. Concluiu seu aparte afirmando que deve haver um trabalho em conjunto entre
235 governo e FNA. Na sequência, a Sra. **Presidente** passou a palavra ao Sr. **Alcir Ferreira de**
236 **Matos (UNMP)**, que afirmou que não é possível aceitar que o Programa Minha Casa, Minha

237 Vida possua mais recursos que o FNHIS, que nasceu de um Projeto de Lei de iniciativa
238 popular, que contou com mais de um milhão de assinaturas. Afirmou ainda que a implantação
239 dos Conselhos Gestores Municipais e Estaduais é uma questão cultural, na medida em que os
240 administradores públicos recusam-se a enxergar a nova forma de gestão das cidades.
241 Solicitando a palavra, o **Sr. Kelson Vieira Senra (MCT)**, referindo-se ao Relatório de
242 Gestão, afirmou que estava se ressentindo de um diagnóstico mais detalhado da execução de
243 cada uma das ações do FNHIS, citando, em particular, a ação de assistência técnica. Sugeriu
244 que o Conselho Gestor viesse a criar um grupo de trabalho, composto por três ou quatro
245 pessoas, que seriam incumbidas de fazer um diagnóstico do problema que está por trás dos
246 números apresentados no Relatório de Gestão. O **Sr. Kelson Senra (MCT)** sugeriu ainda que
247 se iniciasse uma discussão sobre o histórico de urbanização das favelas no país, isto é, o
248 histórico dos investimentos em urbanização. Encerrou seu aparte informando que estava
249 deixando suas funções no Governo Federal, após oito anos. Agradeceu a oportunidade de
250 fazer parte do Conselho Gestor do FNHIS, bem como o convívio com os demais Conselheiros
251 e despediu-se. Retomando a palavra, o **Sr. Ricardo Gouvêa (FBR)** concordou que o
252 Programa Minha Casa, Minha Vida drenou recursos do FNHIS, porém entendia que isso era
253 uma matéria a ser discutida no Conselho das Cidades, por estar revestida de aspecto político.
254 Em seguida afirmou que Votos muito importantes são trazidos para deliberação sem tempo
255 para uma discussão adequada. Afirmou que deveria haver pelo menos três momentos: um dia
256 de reunião maior, para que as questões possam ser aprofundadas; um dia dedicado à ação de
257 assistência técnica; e outro às ações de urbanização dos assentamentos precários e de
258 produção social de moradia. Encerrou seu aparte propondo que haja reuniões para debates e
259 reflexões, desvinculadas de pautas de deliberações. Em resposta ao **Sr. Ricardo Gouvêa**
260 **(FBR)**, a **Sra. Presidente** afirmou não haver problemas em acatar a proposta, porém lembrou
261 que o nível de discussões sugeridas pelo Conselheiro poderia ser feita no Comitê Técnico de
262 Habitação, trabalhando melhor os temas para posterior deliberação pelo Conselho Gestor,
263 sem duplicar as discussões. Esgotadas as observações, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)**, com a
264 aquiescência da **Sra. Presidente**, submeteu o Voto à apreciação dos Srs. Conselheiros, em
265 regime de votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **3) Voto nº**
266 **002/2011/MCIDADES, de 11 de março de 2011 – Propõe nova redação para o parágrafo**
267 **único do art. 5º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do**
268 **FNHIS – A pedido da Sra. Presidente**, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)** iniciou o relato do Voto
269 lembrando que quando o Conselho aprovou, em agosto de 2006, a Resolução nº 02, que deu
270 as primeiras orientações aos estados e municípios a respeito do Termo de Adesão ao Sistema
271 Nacional de Habitação e Interesse Social, foi estabelecido que para todos os parâmetros de
272 execução e de controle que envolvessem a linha de corte populacional fossem utilizados os
273 dados do Censo Demográfico 2000, que na época era o último censo. Na época não se
274 considerou que o texto poderia ter mais flexibilidade, é o que o Voto estaria propondo agora,
275 ou seja, abrindo a possibilidade se utilizar o Censo Demográfico mais recente ou, se mais
276 atualizados, os dados da estimativa populacional que também são divulgados periodicamente
277 pela Fundação IBGE. Nesse sentido, o Voto nº 002 estava propondo alteração ao parágrafo
278 único, do art. 5º, da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, que passaria a vigorar com a
279 seguinte redação: “A verificação do número de habitantes dos estados, Distrito Federal e
280 municípios, adotará os dados referentes ao ultimo censo demográfico ou, se mais recente, os
281 dados referentes à estimativa populacional, disponíveis no sítio eletrônico da Fundação
282 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. O **Sr. Ioav Blanche (CNC)**
283 concordou que a medida proposta pela SNH era necessária, mas mostrou preocupação com a
284 mudança interferir na fase de análise de alguma proposta pelo Agente Operador. O **Sr.**
285 **Nelson Teixeira (SNH)** mostrou-se sensível à observação e propôs a **Sra. Presidente**
286 acrescentar à minuta de Resolução um artigo que viesse a criar uma espécie de regra de



287 transição, de maneira a não trazer prejuízos a qualquer município. Ainda com a palavra, o Sr.
288 **Nelson Teixeira (SNH)** sugeriu que a regra de transição tratasse claramente da elaboração
289 dos Planos Habitacionais de Interesse Social, na medida em que somente estes se utilizam do
290 porte populacional do município para efeito de elaboração dos Planos simplificados. Com a
291 autorização da **Sra. Presidente**, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)** submeteu a matéria ao
292 Colegiado, em regime de votação, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, acrescida
293 de artigo com a seguinte redação: “É facultado aos entes federados, que se encontrem em
294 processo de elaboração de seus respectivos Planos Habitacionais de Interesse Social, com ou
295 sem o aporte de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, até a
296 data imediatamente anterior à publicação desta Resolução, utilizar os parâmetros até então
297 vigentes para fins de verificação do seu número de habitantes.” II) **ASSUNTOS GERAIS:**
298 **1) Apresentação SNH – Execução dos programas e ações FNHIS – período 2007/2010 –**
299 Encerradas as matérias para deliberação, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)** sugeriu aos Senhores
300 Conselheiros que fossem feitas, de imediato, as considerações finais para encerramento da
301 reunião porque entendia que a execução dos programas já havia sido tratada no bojo da
302 apresentação do Voto destinado a apreciar o Relatório de Gestão do FNHIS. Todos os
303 presentes concordaram com a proposta e, em seguida, o **Sr. Wilson Valério (CONAM)**
304 solicitou a palavra para relatar o caso de sete municípios que haviam sido contemplados nos
305 processos de seleção do FNHIS, nos exercícios de 2008 e 2009, que estavam com a execução
306 prejudicada porque a CEF afirma não ser possível, nos casos de entidades privadas sem fins
307 lucrativos, promover o adiantamento de 20% das parcelas de obras. A **Sra. Presidente**
308 isentou a CEF de qualquer responsabilidade sobre esse tema, afirmando que ela também não
309 poderia auxiliar, pois se tratam de regras criadas por recomendação dos órgãos de controle,
310 que não permitem adiantar recurso de obra. Não havendo mais quem desejasse fazer uso da
311 palavra e uma vez esgotados os assuntos de pauta, a **Sra. Presidente** agradeceu a presença de
312 todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião, às dezoito horas e vinte minutos,
313 determinando a lavratura da presente ata.

314
315
316
317

Brasília, 28 de março de 2011.
Nelson Teixeira da Silva
Secretário